

Políticos de Farda: analisando candidaturas de policiais e militares nas eleições de 2020.

Politicians with uniform: analyzing police and military candidacies in the 2020 elections.

Gustavo Higa¹
Marcos César Alvarez²
Pedro Rolo Benetti³
Roberta Heleno Novello⁴

Abstract: In the last Brazilian elections, the rise of candidates from the police and military forces in institutional party politics was observed. To understand this phenomenon, several questions can be listed: what mechanisms support these groups in the electoral race; the course of debates about the formation and existence of “bullet gangs” in Brazil and the way in which the politics of fear and insecurity in relation to crime is mobilized by these groups. This article contributes to the debate through the survey and quantitative analysis of candidacies with this profile for the legislative chambers of the country's capitals in the 2020 municipal elections, dialoguing with the literature on this thematic field, which highlights the sensitive relationship between Human Rights and Public Security and its effects on the democratic regime.

Keywords: police, military, councilors, elections 2020.

Resumo: Nas últimas eleições brasileiras, observou-se a ascensão de candidatos oriundos das forças policiais e militares na política institucional partidária. Para a compreensão desse fenômeno, diversas questões podem ser elencadas: quais os mecanismos que sustentam esses grupos na corrida eleitoral; o percurso dos debates sobre a formação e existência de “bancadas da bala” no Brasil e a forma como a política do medo e da insegurança em relação ao crime é mobilizada por esses grupos. Este artigo contribui com o debate por meio do levantamento e análise quantitativa das candidaturas com esse perfil para as câmaras legislativas das capitais do país nas eleições municipais de 2020, dialogando com a literatura sobre

¹ Doutor em Sociologia pela USP, mestre em Sociologia pela USP e bacharel em Ciências Sociais pela USP. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

² Professor titular de Sociologia da USP. Doutor em Sociologia pela USP, mestre em Sociologia pela USP e bacharel em Ciências Sociais pela USP. É livre-docente pela USP e realizou pós-doutorado na Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales, na França.

³ Professor de Ciência Política da UERJ. Doutor em Relações Internacionais pela PUC-RJ, mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ e doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ.

⁴ Doutoranda em Sociologia pela USP, mestra em Sociologia pela USP e bacharelado em Ciências Sociais pela USP. E-mail: roberta.novello@usp.br.

esse campo temático, que destaca a relação sensível entre Direitos Humanos e Segurança Pública e seus efeitos para o regime democrático.

Palavras-chave: policiais, militares, vereadores, eleições 2020.

Introdução

Na noite de 18 de fevereiro de 2020, teve início no Ceará uma paralisação de Policiais Militares que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho. Até aquele momento, o estado registrava, no ano, média de 6 assassinatos por dia. Durante os 13 dias de motim, foram registradas, em média, 26 mortes violentas por dia. Dos 456 homicídios ocorridos em fevereiro daquele ano, 312 aconteceram durante o motim e os crimes contra o patrimônio cresceram 168% no período⁵. No dia seguinte ao começo do motim, o Senador Cid Gomes (PDT-CE) anunciou em suas mídias sociais que iria até a cidade de Sobral encerrar o cerco a um quartel da Polícia Militar (PM), onde viaturas tiveram seus pneus esvaziados e homens encapuzados em carros da PM haviam mandado o comércio fechar suas portas. Após dar um ultimato aos homens mascarados que cercavam o batalhão, o Senador subiu em uma retroescavadeira para avançar sobre o portão da unidade, quando foi alvejado por dois tiros no peito⁶. Enquanto a maior parte das lideranças políticas locais prestava solidariedade ao Senador, que sobreviveu ao atentado, o deputado federal Capitão Wagner (PROS-CE) registrou um boletim de ocorrência em que acusava Cid Gomes de tentativa de homicídio, por avançar com a retroescavadeira contra os policiais amotinados. Não era o primeiro enfrentamento político entre ambos. Em 2012, quando Cid governava o estado, Capitão Wagner se destacou como liderança de outro motim policial, que resultou no envio da Força Nacional de Segurança ao Ceará e abriu caminho para a carreira política de figuras como Wagner e Cabo Sabino (Avante-CE).

Alguns meses depois do motim de fevereiro de 2020, novamente estariam frente a frente Capitão Wagner e a família Ferreira Gomes, desta vez nas urnas. O segundo turno das eleições municipais foi vencido pelo candidato de Cid e

⁵ Com motim da PM, Ceará tem o mês de fevereiro mais violento desde pelo menos 2013. **Portal G1-CE** (06/03/20). Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/06/312-pessoas-foram-assassinadas-no-ceara-durante-motim-da-pm-diz-secretaria-da-seguranca.ghtml>, acesso:26/09/22.

⁶ TEIXEIRA, André e GLAUCIA, Maristela. Senador Cid Gomes tenta entrar em batalhão da polícia com retroescavadeira e é baleado. **Portal G1-CE** (19/02/20). Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/19/senador-cid-gomes-tenta-entrar-em-batalhao-da-policia-com-retroescavadeira-e-e-baleado-com-tiro-de-bala-de-borracha.ghtml>, acesso:26/09/2022.

Ciro Gomes, Roberto Cláudio (PDT-CE). O adversário, Capitão Wagner perdeu por margem apertada, somando quase 600 mil votos. Apoiado por outras figuras tradicionais da elite cearense, como Tasso Jereissati (PSDB) e Eunício de Oliveira (MDB), o ex-policial se viu confrontado, durante a campanha, com a necessidade de explicar sua participação no motim de 2012 e suas relações com as lideranças do levante de 2020. Embora tenha marcado certa distância em relação a este último acontecimento, seu partido apostou intensamente na estratégia de lançar candidaturas de profissionais oriundos das forças repressivas do Estado para a Câmara de Vereadores. Dos 59 candidatos com este perfil na cidade de Fortaleza, 15 eram do PROS, partido de Wagner, que elegeu figuras como o Sargento Reginauro, diretamente ligado ao levante dos policiais em fevereiro. Outro destaque dos motins de 2012 e 2020, o presidente da Associação dos Militares Estaduais do Ceará, Cabo Sabino (Avante), falhou em sua tentativa de se eleger vereador, somando menos de 3 mil votos. Vice-presidente de seu partido, que lançou 5 candidatos policiais, Sabino obteve novo fracasso, depois de tentar sem sucesso se reeleger deputado federal em 2018.

O caso cearense ajuda a lançar luz sobre a complexa relação entre polícias e política no Brasil contemporâneo: a ascensão de um ex-militar à presidência da república nas eleições de 2018 trouxe para o centro do debate político a necessidade de refletir sobre a participação dos setores armados do Estado nos espaços de representação. Ainda antes das eleições, meios de comunicação começaram a levantar o número de afastamentos pedidos por policiais que tinham intenção de se envolver na campanha municipal⁷. No pleito de 2020, o partido que elegeu Bolsonaro, o PSL, figurou como o responsável pelo maior número de candidaturas militares no país⁸, embora o maior número de eleitos tenha vindo de partidos mais ao centro do espectro político⁹. Apesar das dificuldades metodológicas

⁷ CASTRO, Juliana; CRACO, Alice. Mais de 2 mil policiais e militares já se afastaram para disputar eleições este ano. **Portal Globo - Política** (06/09/2020). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mais-de-2-mil-policiais-militares-ja-se-afastaram-para-disputar-as-eleicoes-este-ano-1-24626198>, acesso: 01/12/2023.

⁸ VASCONCELOS, Fábio. Eleições 2020 terão o maior número de candidatos militares dos últimos 16 anos. **Portal G1** (01/10/2020) <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/01/eleicoes-2020-terao-o-maior-numero-de-candidatos-militares-dos-ultimos-16-anos.ghtml>, acesso 02/12/23.

⁹ Há divergências nas contagens de diferentes meios de comunicação que apontam o MDB e o PSD como partidos que mais elegeram profissionais das forças repressivas no país em 2020, ver: PREITE SOBRINHO, Wanderley. Policiais e militares eleitos prefeitos crescem 39% no Brasil. **Portal UOL -Eleições 2022**. (18/11/2020) Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/18/eleicoes-2020-candidatos-policais-prefeito-vereador.htm> , acesso 02/12/23, e VASCONCELOS, Fábio e REIS, Thiago. Apesar de recorde de candidaturas, número de militares eleitos cai no país. **Portal G1** (18/11/20). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/18/apesar-de-recorde-de-candidaturas-numero-de-militares-eleitos-cai-no-pais.ghtml>, acesso 02/12/23.

implicadas neste tipo de pesquisa, diferentes fontes apontam para o aumento da quantidade de candidatos oriundos das forças repressivas do Estado. Na comparação entre as eleições municipais de 2016 e 2020, houve crescimento de 6.007 para 6.755 candidaturas, segundo o G1, e de 7.045 para 7.258, segundo o portal Uol¹⁰. As diferenças aparecem também na contagem dos eleitos: 807 vereadores eleitos em todo o país, segundo o Uol e 587, de acordo com o G1¹¹. As diferenças na contagem dos candidatos e eleitos expressam as escolhas que devem ser feitas na delimitação do universo a ser pesquisado. Quando se busca nas bases do TSE por candidatos oriundos das forças repressivas do Estado, em muitas ocasiões ficam de fora dos resultados nomes importantes que, no campo de ocupação, se colocam como “outros”, “vereador”, “servidor público”, dentre outras categorias disponíveis aos candidatos no momento do registro. Não obstante, o nome de urna do candidato pode carregar alguma patente ou indicativo de seu pertencimento a alguma corporação armada do Estado. Os resultados divergentes evidenciam, portanto, a adoção de diferentes critérios para o levantamento de dados nas bases do TSE, restringindo a busca à ocupação declarada, em um caso, ou buscando somar nomes de urna e outros indicadores ao levantamento.

Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) se propuseram a fazer uma “radiografia social e política” dos 972 integrantes das forças repressivas civis e militares que se candidataram ao cargo de deputado federal entre 1998 e 2014 (4,2% do total de candidaturas ao posto no período). Eles utilizaram a categoria “forças repressivas do Estado” para abarcar os profissionais das polícias civis e militares, bombeiros civis e militares e membros das Forças Armadas (na ativa ou na reserva). Partindo das profissões declaradas pelos próprios candidatos, disponíveis no sistema de estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os pesquisadores investigaram o perfil ideológico dos partidos que abrigam estes candidatos, gênero, escolaridade e instituição de origem.

¹⁰PREITE SOBRINHO, Wanderley. Policiais e militares eleitos prefeitos crescem 39% no Brasil. **Portal UOL -Eleições 2022.** (18/11/2020) Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/18/eleicoes-2020-candiadatos-policais-prefeito-vereador.htm> , acesso 02/12/23.

¹¹VASCONCELOS, Fábio e REIS, Thiago. Apesar de recorde de candidaturas, número de militares eleitos cai no país. **Portal G1** (18/11/20). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/18/apesar-de-recorde-de-candidaturas-numero-de-militares-eleitos-cai-no-pais.ghtml>, acesso 02/12/23.

Seguindo a trilha proposta pelos autores, apresentamos, neste trabalho, o levantamento das candidaturas de profissionais das forças repressivas do Estado às câmaras legislativas nas eleições de 2020.

Para cumprir este objetivo, o artigo divide-se em quatro partes: primeiramente, contextualizamos a discussão fundamental sobre a participação destes atores no sistema político, com base nos debates sobre a existência e funcionamento das chamadas “bancadas da bala” no Brasil. Depois, apresentamos a metodologia de pesquisa e a descrição e análise do levantamento das candidaturas. Por fim, discutimos nossos resultados à luz da literatura sobre esse campo temático, que destaca como a relação entre Direitos Humanos e Segurança Pública se configura como um ponto sensível e histórico para a Democracia brasileira.

“Bancada da bala” ou forças repressivas do Estado?

A participação dos homens armados do Estado na vida política brasileira se confunde com a própria constituição da República, no final do século XIX. Iniciada por um golpe militar, a primeira república teve dois marechais cumprindo os dois primeiros mandatos presidenciais. Desde então, ao longo do século XX, os militares se constituíram como ator político incontornável na definição dos rumos do país, fosse em movimentos golpistas de cúpula ou disputando eleições, como no período 1945-1964. Com o processo de redemocratização do país, após longa ditadura, o sistema político passou a ser amplamente dominado por lideranças civis. Não obstante, desde as primeiras legislaturas, ex-militares e profissionais oriundos das diferentes forças repressivas do Estado se candidataram e se elegeram como representantes no âmbito dos poderes legislativos, em todos os níveis federativos.

De algo relativamente lateral na política brasileira da passagem entre as décadas de 1980 e 1990, o fenômeno se tornou cada vez mais expressivo e agora tem sido objeto de interesse nos debates público e especializado. Frequentemente, a participação de profissionais das forças repressivas do Estado nas instituições representativas é associada à formação do que se convencionou chamar de “bancada

da bala”. Ainda que em muitos aspectos os dois fenômenos se cruzem, não é possível afirmar que se trata exatamente da mesma coisa.

As chamadas “bancadas da bala” costumam ser citadas, junto às bancadas evangélica (da Bíblia) e do agronegócio (ruralista ou do boi), como expressões dos aspectos mais conservadores da política brasileira no legislativo. Seu surgimento remete aos debates em torno da aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003. Na ocasião, políticos favoráveis à nova legislação criticaram seus adversários como lobistas das indústrias de armas, começando a chamá-los de “bancada da bala”. Ao refutarem essa classificação, os parlamentares críticos ao desarmamento começaram a se afirmar como bancada em “favor da vida” ou dos “cidadãos de bem”. Nesse momento, em 2003, a existência de uma “bancada da bala” não era assunto corrente nos meios de comunicação e nas pesquisas acadêmicas sobre o perfil do congresso, embora muitos dos parlamentares identificados com as pautas corporativas das instituições armadas do Estado já estivessem atuantes. Parlamentares alinhados à concepção de mundo construída nos espaços de formulação das instituições armadas, particularmente militares, existem desde antes do retorno à democracia, mantendo presença em todas as legislaturas.

Entretanto, a partir dos anos 2000 e especialmente a partir dos debates em torno do desarmamento civil, estes parlamentares começam a se identificar como grupo, formando uma bancada que atuaria em conjunto nas legislaturas seguintes. Cabe notar que em 2003, ano de aprovação do estatuto, um dos líderes da oposição à medida, o deputado Alberto Fraga (PFL-DF), coronel da polícia militar, registrou na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, que seria registrada novamente em todas as legislaturas seguintes. Ainda na mesma legislatura, Fraga registrou a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, que desempenharia papel central na articulação da campanha do “Não” no referendo de 2005. Referendo que consultou a população brasileira sobre as restrições ao armamento civil e que resultou em expressiva vitória dos críticos às restrições.

Desde então, houve crescimento constante das referências públicas às “bancadas da bala”, fosse em artigos de jornal ou mesmo na fala de parlamentares. As dificuldades de definição das bancadas, identificadas por Araújo e Silva (2016), aplicam-se a este caso. Diferentemente das frentes parlamentares, que contam com

assinaturas e são oficializadas no começo de cada legislatura, essas bancadas não têm o mesmo nível de formalização, o que dificulta delimitar sua composição e seus processos de funcionamento. Não estamos falando apenas de políticos oriundos das forças de segurança e/ou militares e tampouco podemos defini-los apenas pelo financiamento de campanha. As listas de integrantes variam, principalmente quando mudam as legislaturas, mas há certo consenso em torno de alguns de seus eixos fundamentais de atuação parlamentar: defesa de pautas corporativas das forças repressivas do Estado; aumento e intensificação do espaço penal como estratégia privilegiada na resolução de conflitos e defesa da ampliação do acesso às armas por parte da população civil (FAGANELLO, 2015; MACAULAY, 2019; NOVELLO e ALVAREZ, 2022).

Desde a redemocratização, diferentes profissionais oriundos do sistema de justiça criminal e comunicadores ligados ao chamado “jornalismo policial” participam dessas composições (NOVELLO, 2018). Para citar um exemplo significativo do Congresso Nacional, vale lembrar que Flávio Bolsonaro (Patriota - RJ), embora não tenha origem profissional nas instituições armadas do Estado, é um dos mais importantes articuladores políticos da agenda descrita acima no momento.

Assim como nem todo parlamentar da “bancada da bala” tem origem nestas instituições, não podemos afirmar que todos os candidatos oriundos das forças repressivas sustentam a mesma agenda política. Embora sejam minoritários, há candidatos em partidos situados à esquerda do espectro político, bem como candidatos e parlamentares desta origem que constroem sua vida política com base em outras agendas. Como colocado acima, embora se cruzem e se reforcem em muitos pontos, tratam-se de fenômenos diferentes.

Nesse sentido, o esforço que conduzimos aqui para sistematizar informações acerca dos candidatos oriundos das forças repressivas do Estado pode contribuir para compreender em que dimensão sua participação na política institucional vem abrindo espaço para o reforço da agenda comumente associada à “bancada da bala”. Seguindo os passos de Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), podemos contribuir para traçar um perfil destas candidaturas que permita qualificar sua intervenção no debate público e, assim, melhorar a compreensão sobre os prováveis cruzamentos entre legisladores policiais e “bancada da bala”.

As forças repressivas nas eleições de 2020: câmaras municipais.

O mapeamento das candidaturas das eleições de 2020 foi realizado por meio da base de dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹². Levantamos as candidaturas a vereador de todas as capitais do país e selecionamos os candidatos que se autodeclararam como pertencentes às forças repressivas do Estado: bombeiros civis e militares, policiais civis, militares e federais; membros das forças armadas, militares reformados e guardas municipais. A seguir, os dados foram organizados conforme a distribuição regional (Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e partidária das candidaturas, além do resultado eleitoral e gênero do candidato, conforme mostra o quadro 1.

Em relação ao espectro político de cada partido, isto é, sua posição no campo da esquerda, centro ou direita, tomamos como parâmetro o estudo realizado por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), que fizeram uma ampla análise dos partidos por meio de 519 questionários respondidos por cientistas políticos no país e no exterior.

Adotamos esse continuum ideológico como parâmetro por sua atualidade e método, no entanto apresentamos uma ressalva em relação à díade “extremismo-moderantismo”, principalmente no que toca a ausência de partidos na extrema-direita dessa escala. Segundo Bobbio (1995), esquerda e direita indicam programas contrapostos em relação a problemas cuja ação pertence à ação política, sobretudo em relação aos fins da ação política. Já a díade “extremismo e moderantismo” teria como critério o método utilizado para esses fins. Nesse sentido, o uso do termo “extrema-direita” e “extrema-esquerda” caracterizariam governos e movimentos que optam por estratégias extremas, para além do eixo construído no consenso democrático entre esquerda e direita (BOBBIO, 1995. p. 33-36).

¹² Estatísticas Eleitorais – Portal do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>, acesso em 02/12/23.

Quadro 1: Panorama geral das candidaturas:

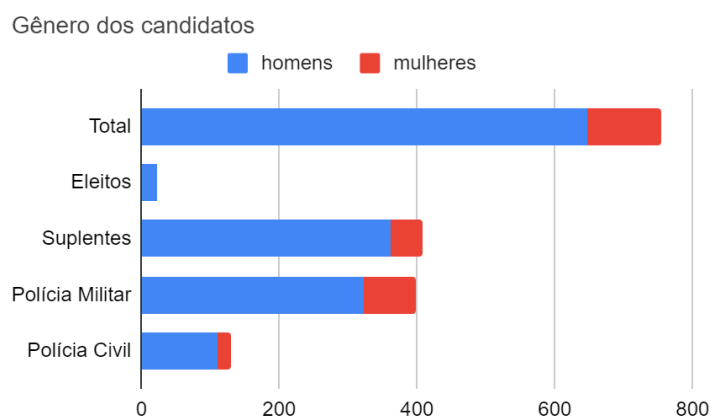
	TOTAL	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORTE	NORDESTE
Forças repressivas	755	53	210	68	163	261
Homens	646	48	192	56	115	235
Mulheres	109	5	18	12	48	26
Eleitos	23	3	3	4	2	11
Suplentes	409	38	162	52	57	100
Partido com mais candidaturas	PSL	PATRI/DEM	PSL	PSL	PSL	PROS/PSL

De um universo de 24.370 candidaturas ao cargo de vereador das capitais brasileiras, 3,1% correspondem a candidatos que se autodeclararam pertencentes às forças repressivas do Estado, percentual inferior ao aferido por Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) na análise das candidaturas à deputado federal. Esses candidatos representam em média 2,9% das candidaturas de cada região, a maior proporção se encontra no Sudeste com 3,6% e a menor, no Sul com 2% dos candidatos oriundos das forças militares e policiais. O sucesso dessas candidaturas é equivalente a 3,05%, com a eleição de 23 dos 755 candidatos, em que o Nordeste se destaca por eleger 11 vereadores provenientes das forças de segurança. Apesar disso, chama atenção a grande quantidade de candidatos eleitos como suplentes, configurando 41,6% da amostra das forças repressivas, o que não é irrelevante; é comum vereadores titulares deixarem o cargo antes do fim de seus mandatos, especialmente para concorrerem a cargos nas eleições gerais.

Em relação ao gênero das candidaturas, não surpreende que as polícias e as forças armadas, instituições historicamente masculinas e orientadas por ideais específicos de masculinidade (MUNIZ, 1999; CYMROT, 2015), também o são na arena política. A assimetria de gênero já presente nas candidaturas totais ao cargo de vereador, em que as mulheres correspondem 33,6 %, é ainda mais forte nas

candidaturas provenientes das forças repressivas, correspondendo à 14,4 %, como podemos observar no gráfico 1:

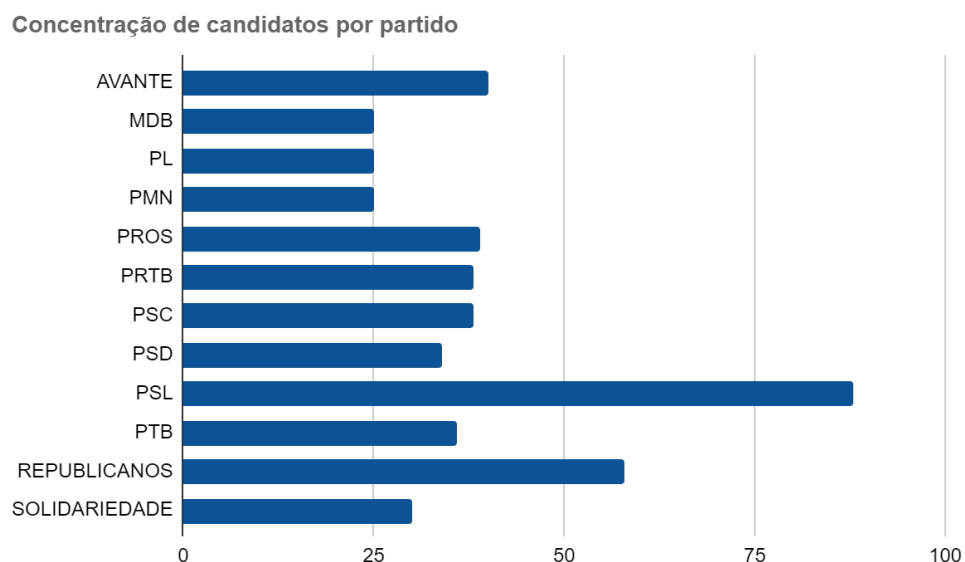
Gráfico 1: Gênero dos candidatos.



Nas eleições de 2020, 109 mulheres provenientes das forças policiais e militares se candidataram para o cargo de vereadora. Apenas uma foi eleita, a sargento Tânia Guerreiro, vereadora do PSL na Câmara Municipal de Curitiba. Como pode ser visto no Gráfico 1, as candidatas são predominantemente policiais militares (76) e policiais civis (19), correspondendo a 87,15% das candidaturas femininas. Em termos de quantidade, o Norte se destaca por ser a região com maior número de candidatas das forças repressivas (48).

Em relação à distribuição partidária, como pode ser visto no Gráfico 2, que representa os partidos mais recorrentes, os candidatos oriundos das forças repressivas se concentraram em partidos orientados pelo espectro político da direita, com destaque para o PSL, REPUBLICANOS e AVANTE.

Gráfico 2: Concentração de candidatos por partido.



Os três partidos juntos reuniram 175 candidaturas, que equivalem a 23,1% do total. O PSL teve 1124 candidatos, dos quais 88 eram das forças repressivas, além de ter concentrado o maior número de candidaturas em todas as regiões (com exceção do Sul), elegeu 2 candidatos e 57 suplentes. Os partidos que mais elegeram vereadores das forças policiais não necessariamente foram os com o maior número de candidatos desse setor: o PROS elegeu 4 vereadores, a mesma quantidade que o REPUBLICANOS.

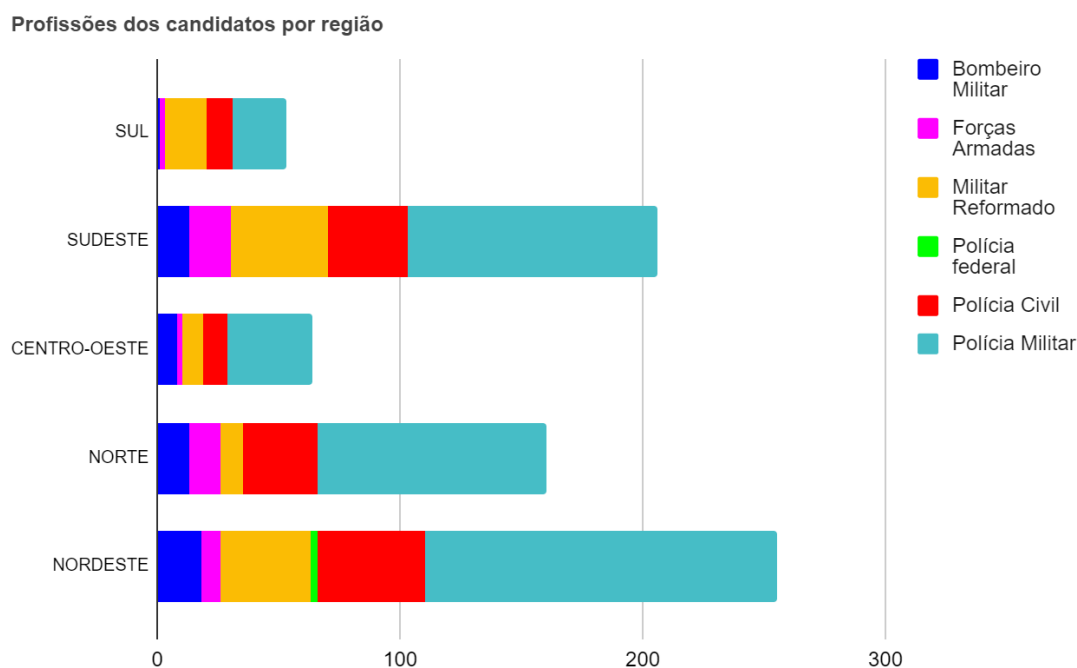
Acompanhando a tendência identificada por outros trabalhos (BERLATTO, CODATO e BOLOGNESI, 2016; CYMROT, 2015), candidatos das forças repressivas majoritariamente se lançam por partidos de direita e “fisiológicos”. Historicamente, há uma grande afinidade ideológica entre valores das instituições de repressão e os programas partidários de direita, tal como patriotismo, controle autoritário da ordem social, militarismo, menor tolerância às liberdades individuais e à heterogeneidade social (NOVELLO, 2018; MUNIZ, 1999).

A vulgata geral que limita os debates público e político sobre segurança pública em termos de mais punição, encarceramento, efetivo e recursos atende aos interesses corporativos das instituições de origem dos candidatos, na medida em que associa o combate à criminalidade à alocação de recursos públicos nas instituições

repressivas do Estado. Ao mesmo tempo, a instrumentalização da trajetória profissional nas forças repressivas é algo bastante produtivo em termos eleitorais (BERLATTO, CODATO e BOLOGNESI, 2016). Como afirma Barros (2005), há um consenso entre políticos de todo espectro partidário que a defesa de plataformas divergentes das medidas autoritárias-repressivas no trato do controle do crime gera um custo político bastante negativo. Não é à toa que os partidos de esquerda, desde a democratização, pouco abordam de forma propositiva o tema da segurança pública e pouco ocupam os espaços institucionais e políticos dedicados a ela. Isto, combinado ao fato de que os valores hegemônicos presentes nas instituições das forças repressivas, pouco compatíveis aos programas dos partidos de esquerda, também ajudam a explicar a pequena presença desses setores em candidaturas de esquerda. No entanto, nas eleições de 2020, o PT lançou 8 candidatos das forças repressivas, e elegeu o único candidato desse setor por um partido de esquerda, o policial civil Leonel Guterres Radde, na câmara municipal de Recife. O PSOL lançou 7 candidatos e o PCdoB, 6. Apesar de serem números pequenos, são quantidades maiores do que lançados por alguns partidos de direita, como o NOVO (3), o PRB (1) e PRT (1).

De acordo com a distribuição por categoria profissional, como podemos ver no gráfico 3, das oito profissões registradas, os bombeiros civis compõem 2,1% das candidaturas, bombeiros militares 6,8%, militares reformados 14,8%, membros das forças armadas 5,5%, polícia civil com 17% e a polícia militar, tem uma proporção maior que todas as outras candidaturas somadas com 52,1%. Levando em consideração a distribuição regional dessas candidaturas, a maior incidência encontra-se no Sudeste e Nordeste do país, que juntos contabilizam 40 bombeiros civis e militares, 102 forças armadas e militares reformados e 325 policiais civis e militares, que ao todo representam 62% das candidaturas.

Gráfico 3: Profissões dos candidatos por região.



Há um conjunto possível de hipóteses que podem explicar a concentração significativa desses candidatos no Sudeste e Nordeste: além de serem regiões que congregam os maiores colégios eleitorais do país (aproximadamente 70% do eleitorado no país está nas duas regiões), o Sudeste, e especificamente São Paulo, apresenta um histórico de composições de “proto-bancadas da bala” no legislativo, desde a redemocratização (NOVELLO e ALVAREZ, 2022; CYMROT, 2015; CALDEIRA, 2000). Já as candidaturas da região Nordeste podem ser impulsionadas também pelo destaque das questões de segurança na região nos últimos anos em decorrência do aumento da violência e do deslocamento de organizações criminosas de tráfico internacional do centro-sul para o norte/nordeste¹³. A região também tem protagonizado motins policiais, tem-se observado como a liderança e experiência em motins tem operado como vetor de socialização política e plataforma desses quadros. Estes motins contribuem para a explicação não apenas da concentração regional das candidaturas, mas para o perfil de forças que buscam representação legislativa. Limitadas nas suas possibilidades de representação profissional por conta da legislação vigente, policiais militares têm

¹³ LEÓN, Lucas P. Norte e Nordeste têm maiores taxas de assassinato do país. Portal Rádio Agência Brasil (22/10/2020). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2020-10/norte-e-nordeste-tem-maiores-taxas-de-assassinato-do-pais>, acesso 02/12/23.

percebido na arena legislativa um espaço para formulação de suas demandas corporativas, reivindicando melhores condições de trabalho bem como pressionando pela anistia dos movimentos grevistas, proibidos por lei. Levando em consideração as diferenças de efetivo da PM em relação às demais forças, parece haver uma combinação de fatores que contribui para a absoluta predominância de candidaturas de policiais militares, o que não significou, necessariamente, maior número de eleitos.

Dessas candidaturas, a tendência se manteve também nos resultados das eleições, colocando em perspectiva a região, profissão e partido. Nas capitais da região Sul, três foram eleitos: um policial militar (DEM), um policial civil (PT) e uma policial militar (PSL), a única mulher eleita do levantamento realizado. Chama a atenção a vitória do candidato do PT, partido que teve apenas 2 candidaturas na região.

No Sudeste, também três foram eleitos: um policial militar (PSL), dois policiais civis (REPUBLICANOS e MDB). No Norte, um policial militar (REPUBLICANOS) e um policial civil (PSDB). O Nordeste elegeu onze candidatos das forças policiais: quatro policiais civis (PROS, PROS, PDT e PSB), um bombeiro militar (PROS), dois policiais militares (REPUBLICANOS e PSB), um policial federal (SOLIDARIEDADE) e um guarda municipal do (PDS). É interessante demarcar que essa região foi a única que elegeu profissionais ligados à polícia federal e à guarda municipal. No Centro Oeste, quatro foram eleitos: três policiais militares (REPUBLICANOS, CIDADANIA e PSL) e um militar reformado (PROS).

Conforme demonstra o quadro abaixo, em relação às categorias profissionais, é notável que o número de candidatos oriundos da polícia militar e polícia civil é predominante não apenas entre os eleitos, mas principalmente entre os suplentes.

Quadro 2: Eleitos e suplentes por profissão:

	Eleitos	suplentes
Polícia Militar	9	211
Polícia Federal	1	0
Polícia Civil	10	67
Militar Reformado	1	69
Guarda Municipal	1	0
Forças Armadas	0	23
Bombeiro Militar	1	30
Bombeiro Civil	1	9

Discutimos, a seguir, os resultados desse levantamento à luz da literatura desse campo temático que destaca como a relação entre Direitos Humanos e Segurança Pública se configura como um ponto sensível e histórico para a Democracia brasileira.

Discussão

Como já apontado pela literatura que investiga a atuação desses grupos (FAGANELLO, 2015; BENETTI, 2017, MACAULAY, 2019; NOVELLO e ALVAREZ, 2022), seus discursos e plataformas políticas se caracterizam pela defesa de pautas corporativas das forças repressivas do Estado; defesa do armamento da população civil, ampliação e intensificação do espaço penal como estratégia privilegiada na resolução de conflitos, mobilizando perspectivas de controle autoritário da ordem social e instrumentalização dos sentimentos de medo e insegurança em relação ao crime. Frequentemente essas pautas são construídas em torno de uma oposição entre Segurança Pública e Direitos Humanos, mobilizando narrativas nas quais os Direitos Humanos seriam “privilégio de bandidos” e obstáculos para o efetivo controle do crime.

Como é possível observar nas últimas eleições, esses discursos são bastante populares e garantem sucesso eleitoral dos candidatos que o mobilizam. Será necessário, numa próxima etapa de pesquisa, comparar os percentuais de sucesso das candidaturas policiais ao sucesso obtido por outras categorias em busca de cargos legislativos, de maneira a ter parâmetros mais objetivos para o peso destas profissões na probabilidade de conquista do cargo. Apesar da ascensão de grupos como “bancadas da bala” na arena política ter se intensificado na última década, plataformas e discursos centrados na oposição entre Direitos Humanos e Segurança Pública atravessaram a Nova República. A tensão entre movimentos civis que lutavam pelo fim da ditadura militar, pelo fim da tortura e assassinatos dos chamados

presos políticos e reações corporativas dessas instituições em defesa da ordem anterior foi marca fundamental da própria construção da atual democracia brasileira, a partir dos anos 1980 (CALDEIRA, 1991).

Apesar de as campanhas de defesa dos Direitos Humanos não serem inéditas na época, foi durante as gestões da primeira leva de governadores eleitos diretamente pelo voto, como Franco Montoro (SP) e Leonel Brizola (RJ), que esse discurso se estendeu para além dos presos políticos, alcançando também aos assim chamados presos comuns. Foi nesse momento que as reações foram mais fortes e organizadas (CALDEIRA, 2000. p.345). O problema não era discutir e aplicar os Direitos Humanos em si, mas sim a quem eles se destinavam. No período, esse discurso foi apresentado pela mídia e políticos como “privilégio de bandidos” e como uma inversão dos valores morais (CALDEIRA, 2000. p.343-383).

Ilustrativa desse argumento é a popularização de programas de rádio com reportagens de casos policiais e de insegurança pública, com destaque para o radialista Afanázio Jazadji, conhecido por dramatizar notícias sobre violência, incentivar a justiça pelas próprias mãos, demandar a pena de morte e repudiar a política de Direitos Humanos, considerando-as “privilégios de bandidos” (VIEIRA, 2005. p.99).

Essa forma de comunicação ganhou muita popularidade, colocando Jazadji não apenas como campeão de audiência, mas também o elegendo Deputado Estadual nas eleições seguintes, com uma das votações mais expressivas da Assembleia Legislativa de São Paulo (VIEIRA, 2005, p.99). Outros atores políticos começaram a perceber o potencial que havia nessa forma de comunicação, cuja retórica, estética e representação angariavam grande apoio nas urnas e em agendas políticas do espectro autoritário. Naquela altura o discurso sobre Direitos Humanos havia se tornado uma espécie de arena política pela qual e na qual se disputava em meio a transição política. Características de experiências como essa podem ser identificadas ao longo da história política brasileira, em que discursos que mobilizam o medo e a insegurança, em nome de uma forma idealizada de moral e ordem, por meio da intensificação de uma forma também idealizada de rigor penal, ganham grande repercussão eleitoral.

Caldeira (1991) identifica três pontos nodais para o entendimento desse fenômeno específico brasileiro, a saber, a oposição massiva aos Direitos Humanos durante um processo de redemocratização: 1) a condição de cidadania dos grupos para qual a campanha foi destinada; 2) o processo e direção de sua implementação; 3) o tipo de direito reivindicado e às instituições implicadas no processo.

Para compreender a rejeição dos direitos civis e humanos é fundamental considerar como os diferentes estratos da população têm conhecimento, tratamento e acesso desigual à justiça e seus efeitos nas percepções sobre o poder judiciário. As reivindicações de direitos coletivos durante a redemocratização, travavam um diálogo com o Executivo, poder em transformação durante o período com o surgimento de novos atores políticos, advindos dos movimentos sociais e da luta contra a ditadura e atores antigos que tinham sido afastados pelo regime militar. Já a demanda por Direitos Humanos para presos comuns, foi codificada em termos de

direitos individuais e endereçadas ao judiciário, poder mais refratário às mudanças político-sociais. Além disso, parte significativa das elites jurídicas participou do golpe civil-militar e operou sob sua influência e intervenção, legitimando prisões arbitrárias, perseguições políticas e ignorando denúncias de tortura.

Desse conjunto de problemas para ampliar a política de Direitos Humanos, como já mencionado, setores comprometidos com a ditadura encontraram na pauta de Direitos Humanos um lugar privilegiado para resistir ao processo de democratização. Habilmente mobilizaram uma narrativa que instrumentalizava o medo e a insegurança da população em relação ao crime e à violência para desqualificar os Direitos Humanos e seus defensores. A construção da lógica de que Direitos Humanos e de que a própria democracia era responsável pelo aumento da criminalidade urbana violenta e um obstáculo ao seu efetivo controle, possibilitou a rejeição massiva à essa política, elegeu democraticamente setores ligados à ditadura e manteve as forças repressivas do Estado praticamente inalteradas com baixíssimo controle civil.

Observamos, portanto, que, embora tenham crescido em relevância no debate público recentemente, as dinâmicas que levaram membros das forças repressivas às posições institucionais de destaque, especialmente no âmbito da representação parlamentar, remetem a tensões não resolvidas de nossa transição política, atualizadas pelo trabalho permanente de novos atores que se vinculam à tradições já existentes, perpetuando o lugar social de discursos punitivistas no Brasil.

Conclusão

As eleições de 2018 levaram à presidência da república, pela primeira vez desde a transição dos anos 1980, um ex-militar ao cargo máximo da nação. Os anos que se seguiram suscitaram enorme discussão em torno do papel dos militares na política brasileira, em virtude da ocupação de ministério e de cargos de primeiro escalão no governo federal. A afluência de opiniões e pesquisas sobre o tema, nos debates público e especializado, por vezes encobre dinâmicas de médio/longo prazo que têm se organizado em nossa democracia. Para além do efeito Bolsonaro, candidaturas de membros das forças repressivas do Estado foram uma constante na Nova República. Para compreendê-las, é preciso caminhar em duas direções: em primeiro lugar, é preciso traçar um perfil detalhado do fenômeno – entender o número de candidatos, os partidos, a concentração regional, os marcadores sociais dos candidatos, os traços comuns dessas candidaturas e seus discursos -; e, em segundo lugar, é necessário arriscar hipóteses que deem conta do sentido que esse fenômeno tem no processo de construção e consolidação de nossa democracia.

Nosso estudo, centrado nas eleições de 2020, abre caminhos nas duas frentes, na medida em que sistematiza novos dados que podem ser somados aos estudos anteriores com o objetivo de traçar o perfil dos profissionais de segurança que tentam passar para o campo da representação legislativa bem como ao arriscar hipóteses que inscrevem esse movimento em tendências históricas que acompanham

o processo de construção da democracia no país. Concluímos, assim, que, como esperado, o maior número de candidaturas se concentra nas regiões sudeste e nordeste, onde está concentrada também a imensa maioria do eleitorado brasileiro. Mas para além disso, pudemos observar a predominância de policiais militares em relação à outras forças e de partidos de direita em relação à outras agremiações do espectro político, com ampla maioria de homens dentre os candidatos. Este perfil mais geral não deve nublar a existência de dinâmicas regionais, como a que garantiu expressiva bancada de profissionais de segurança ao PROS no Ceará, mas ajuda a visualizar os partidos e grupos mais propensos à adoção de estratégias eleitorais que passem pela inclusão destes quadros em nível nacional.

Não obstante, no que tange à segunda dimensão, arriscamos algumas hipóteses que retomam o sentido histórico da representação de parlamentares que construíram sua trajetória e seu lugar público a partir da crítica aos direitos humanos, baseando suas intervenções na reivindicação de noções específicas de ordem, destinadas a repor o lugar das hierarquias sociais ameaçadas pela transição de um regime autoritário a outro que se pretendia democrático. Nesse sentido, ao acompanhar a argumentação de Caldeira (1991; 2000) levantamos a hipótese de que a continuidade dos esforços de profissionais de segurança em se fazerem representar nas casas legislativas passa pela atualização de um lugar que tenciona a associação entre direitos humanos e democracia que presidiu a construção da Nova República a partir dos anos 1980. Nesse sentido, geração após geração, o sentido desse tipo de representação tem apontado para a construção de um monopólio – que se pretende técnico – na fala sobre criminalidade e punição. Este monopólio – mesmo que apenas pretendido e não real – afirma a necessidade de fortalecimento das instituições repressivas do Estado, mas também a adoção de legislação penal endurecida no tratamento dos crimes já existentes e na tipificação de condutas sociais ainda não consideradas criminosas, apontando para o recurso à violência do Estado como mecanismo prioritário de resolução dos conflitos sociais. Nesse sentido, é uma representação que se faz por dentro dos canais democráticos, mas apontando para um horizonte de imposição da autoridade pelo princípio da técnica, recusando a discussão plural acerca das soluções necessárias para a efetivação da segurança enquanto direito de todos. Em última instância, permite atualizar discursos antidemocráticos e repor, na ordem do dia, a defesa das hierarquias que, mesmo não escritas, organizam a estratificação social brasileira.

Referências

ARAÚJO, Suely Mara Vaz G. de; SILVA, Rafael Silveira e. **Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ABCP, 2016. p. 1-29.

BABIRESKI, Flávia Roberta. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos. **Newsletter–Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**, v. 3, n. 6, p. 1-16, 2016.

BARROS, Rodolfo Arruda Leite de. Notas acerca da sociologia da punição: uma contribuição para o debate sobre a justiça criminal no Brasil (1985-2002), **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v.43, n.0, 2005

BENETTI, Pedro Rolo. **Em Defesa da Ordem**: Debates Parlamentares sobre a Violência no Brasil da Nova República, Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 77-120, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **DADOS**. v 66, n. 2 (2023). p. 1-29.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34: São Paulo, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos Humanos ou “Privilégios de Bandidos”? In **Novos Estudos CEBRAP**, nº 30, julho de 1991, pp. 162-174.

CASTRO, Juliana; CRACO, Alice. Mais de 2 mil policiais e militares já se afastaram para disputar eleições este ano. **Portal Globo - Política** (06/09/2020). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mais-de-2-mil-policiais-militares-ja-se-afastaram-para-disputar-as-eleicoes-este-ano-1-24626198>, acesso: 01/12/2023.

CYMROT, Danilo. **Polícia militante**: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa de São Paulo (1999-2011). Tese de doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, Catálogo USP, 2015.

FAGANELLO, Marco Antonio. **Bancada da Bala**: uma onda na maré conservadora. in: KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver!**. O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 145-161, 2015.

MACAULAY, F. Bancada da Bala: the growing influence of the security sector in Brazilian politics. In: FOLEY, C (Ed) **In Spite of You: Bolsonaro and the New Brazilian Resistance**: New York: OR Books, 2019.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser**: cultura e cotidiano da polícia militar do estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado) - IUPERJ, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

NOVELLO, Roberta Heleno e ALVAREZ, Marcos César. Da Bancada da Segurança à Bancada da Bala: Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. **Dilemas, Revista de Estudo do Conflito e Controle Social**, v. 15, n. 1 (2022).

NOVELLO, Roberta Heleno. **Bancada da Bala**: discursos e práticas sobre punição, crime e insegurança na Assembleia Legislativa de São Paulo. 2018. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, n. 9, (1991). p. 45-56.

VIEIRA, José Carlos. **Democracia e direitos humanos no Brasil**. Edições Loyola: São Paulo, 2005.